

## MULHERES NEGRAS QUE MUDARAM O CENÁRIO INTELECTUAL DAS UNIVERSIDADES

Aline Santos Ferreira <sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar quais foram os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras no decorrer da história da educação brasileira e as suas reais dificuldades dentro e fora do Movimento Negro; na busca do primeiro emprego dentro do mercado de trabalho; quais são os obstáculos de se inserirem em uma universidade e os empecilhos encontrados. A relevância deste estudo está no uso da interseccionalidade na pesquisa e na educação à medida que sua estrutura fornece um meio para analisar dimensões de identidade, de professoras negras, a partir de intersecções de raça, classe, gênero, trabalho e outras dimensões que perpassam as estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. Portanto essa análise perpassará a história educacional da mulher negra dentro da sociedade brasileira e em outros países, trazendo autoras importantes para o cenário intelectual, fazendo uma reflexão sobre a importância que elas tiveram/têm na construção educacional das sociedades ao qual convivem. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou que ocorreram transformações durante décadas nas instituições de ensino superior sucedendo o aumento de negros nas universidades e conquistando assim melhores cargos no mercado de trabalho; isso desencadeou oportunidades diversificadas com pretensões de mudanças econômicas e sociais, em comparação aos outros setores da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Mulher Negra; Movimento Negro; Intelectual.

### INTRODUÇÃO

Utilizamos atualmente o termo da interseccionalidade para efetivar a junção de várias formas de discriminação e exclusão social dentro da sociedade que envolve vários aspectos sociais como: de classes, raça, gênero e sexualidade, neste caso se aprofundando para a questão do gênero feminino da mulher negra, que sofre exclusão por ser mulher e com o aprofundamento do racismo velado de ser negra.

Sendo estas por muitos séculos como objeto sexual para a iniciação da sexualidade de vários homens, principalmente os homens brancos, que ficou armazenado no imaginário social a seguinte regra que: devem-se iniciar-se sexualmente com uma mulher negra e casar-

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) da Universidade Federal da Bahia/UFBA; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB; Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA(2020); Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira pela UFRB(2019); [ninesafera@gmail.com](mailto:ninesafera@gmail.com).

se com uma mulher branca, tendo as mulheres negras só como uma forma de formicação e prazer, e tendo a mulher branca para se levar a sério, para casar e constituir família.

Entre as várias autoras que sempre lutou por seu espaço e contra o sexismo e racismo como <sup>2</sup>Lélia Gonzalez, <sup>3</sup>Maria Carolina de Jesus, Ângela Davis entre outras que ao percorrem a história educacional fazendo denúncias, se mostrando como ponto de resistência e referência de empoderamento, para assim como elas refletirem as pautas sobre gênero e raça dentro desta sociedade.

Nos livros didáticos escolares, não se é mostrado realmente à luta e a educação ao quais várias mulheres negras passaram dentro da sociedade escravocrata do período colonial para combater o racismo e o patriarcalismo, ao qual estavam submetidas, onde estas vendiam doces e se prostituíam para assim conseguirem comprar as suas alforrias.

Fazendo um paradoxo com a nossa atualidade entre o pós-colonial e o pós-moderno poderemos mostrar através da história brasileira que as mulheres negras deixaram de serem escravas que cuidavam dos afazeres domésticos nas casas grandes, para se tornarem empregadas domésticas, uma profissão com menos prestígio social, mas, ao qual ainda hoje podemos considera-la como um lugar ocupado por estas mulheres, pois as mesmas não se têm outra referência ou perspectiva a não ser está, de profissão ao qual se vem passando por várias gerações dentro das famílias brasileiras.

Desta forma o autor Edouard Glissant em seu livro “ Poética da Relação”, vem trazendo em seu primeiro capítulo o subtópico “A barca Aberta” a história de uma barca que absolver a vida, os sonhos e as esperanças de todos os seres humanos ao qual ali habitavam.

Assim sendo, será que está barca é os ranços dos preconceitos ao qual existem sobre a mulher negra, que ainda esteja vagando eternamente no imaginários e subconsciente da população brasileira? E que estas são ainda em uma nova roupagem as mulatas que estão à disposição da sexualidade e o prazer dos homens, sendo classificadas como desprovidas de inteligências para outras funções profissionais?

Deste modo, ao refletirmos sobre a quantidade de mulheres negras que se encerrem dentro das universidades brasileiras e chegam a altos cargos sociais e profissionais; para que isto pudesse vir acontecer, estas mulheres negras tiveram que abdicaram de suas vidas

---

<sup>2</sup> Lélia Gonzalez foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira.

<sup>3</sup> Foi uma escritora, compositora e poetisa brasileira, mais conhecida por seu livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, publicado em 1960.

peçoais para provar a sua capacidade enquanto profissional, mulher negra, fazendo com que não se tenhamos muitos exemplos para podermos dar dentro da sala de aula.

A UFRB vem trazendo em seu currículo, Políticas Afirmativas e Estudantis, Ensino, Pesquisa e Extensão se diferenciando das outras universidades existentes e trazendo questionamentos que são referências de “como a universidade pública, que sempre foi pensada para uma determinada classe, se comporta diante do preconceito racial e de gênero frente a professoras negras acadêmicas que ocupam um lugar de destaque dentro de uma universidade na nossa sociedade”. Isso faz dela um marco decisivo na história, já que representa uma ferramenta de luta por causas peculiares aos temas em questão.

Partindo do pressuposto que um indivíduo já é discriminado naturalmente por nascer negro, questiona-se qual é o lugar da professora negra nessa sociedade, visto que ser negra e ainda ser mulher representa um duplo preconceito na sociedade brasileira e no universo acadêmico. A presente proposta tem como tema a lógica do racismo e sexismos no ensino superior, à luz do capitalismo e do patriarcado, nas avenidas indentitárias.

A relevância deste estudo está no uso da interseccionalidade na pesquisa e na educação à medida que sua estrutura fornece um meio para analisar dimensões de identidade, de professoras negras, a partir de intersecções de raça, classe, gênero, trabalho e outras dimensões que perpassam as estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. Mas também com questões estruturais e sistêmicas profundas sobre discriminação e desigualdade, no campo da educação lócus em que professoras universitárias vivenciam a discriminação de forma diferente dependendo de suas identidades sobrepostas.

## METODOLOGIA

Neste sentido, enquanto busca-se discutir e investigar sobre o lugar das professoras negras como profissionais da educação superior, propõe-se a criação de projetos voltados para o tema de gênero e preconceito racial dentro das universidades, tal abordagem trará uma proposta para a implantação na grade curricular de uma matéria sobre gênero e mulheres negras dentro da UFRB, sendo esta uma das primeiras Universidades do interior baiano em educação que poderá refletir sobre o papel das professoras negras dentro das instituições de ensino de nível superior.

Felizmente de uns dez anos para cá, a entrada de mulheres negras dentro das universidades e do mercado de trabalho ao qual não seja empregada doméstica, veio aumentando com as políticas públicas de cotas para se inserirem dentro das universidades.

Porém, tais políticas deixa uma lacuna que é a garantia e a permanência destas estudantes dentro do universo acadêmico, que acaba refletindo em outras consequências excludentes como racismo, sexismo e patriarcalismo dentro das próprias universidades ao qual não foram preparadas para acolher as diversidades sociais, culturais e econômicas destas mulheres negras ao lhe dar apoio e orientações de bolsas financeiras para se manterem.

## OS ENTRELACES DA INTERSECCIONALIDADE DA MULHER NEGRA NO CENÁRIO MUNDIAL

A abordagem da interseccionalidade surgiu no final dos anos 1990, no campo do negro ativismo feminista nos EUA, como uma crítica às análises unidimensionais das desigualdades sociais. O estudo acerca da trajetória docente no universo do ensino superior, a luz da teoria *interseccional*, visa refletir acerca da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas opressivos, que subjaz experiências vividas de discriminação.

O termo interseccionalidade surge como uma ferramenta metodológica e conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação, para descrever como raça, classe, gênero e outras características individuais “se cruzam” e se sobrepõem. Deste modo, a base teórica será alicerçada na Teoria Interseccional (CRENSHAW, 1989), e em abordagens que buscam explorar como a *(des) conexão professora-universidade afeta o desenvolvimento da identidade*.

Assim, muitas mulheres sofrem com o sexismo, são exploradas e oprimidas por homens, independente de sua classe social, porém, através de movimentos feministas, elas começaram a luta pelos seus direitos. Mas quais direitos eram atribuídos e a quais mulheres? A todas as mulheres ou às mulheres brancas e de uma classe social específica?

Ao analisamos alguns textos sobre o surgimento feminista no mundo, notamos que esse espaço conquistado por estas mulheres é de extrema relevância, mas quem eram as outras mulheres que não estavam à frente dos movimentos e como era a rotina de cada uma delas? Temos as mulheres: negras, indígenas, asiáticas, ciganas, brancas pobres, essas provavelmente não tinham direitos como as brancas de classe média que frequentava as universidades. Assim,

A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instâncias de direitos humanos, se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade

vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (<sup>4</sup>AKOTIRENE, 2019, p.35).

A história evidencia que a mulher negra sempre ocupou as funções menos prestigiadas dentro da sociedade brasileira, ela sempre foi vista como inferior às mulheres brancas, sendo assim, o nível mais baixo da camada de opressão social. Um exemplo disso é o período colonial, época em que o seu trabalho era fazer serviços domésticos como escravas das senzalas ou trabalhar nas lavouras. Uma das falas mais famosas na história do feminismo foi a de Sojourner Truth, uma mulher afro-americana que foi escravizada e ficou conhecida por proferir em sua fala em 1851, as opressões sofridas pela luta de classes, racismo e sexismo:

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, [...], e ficamos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arrei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar [...] e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (BRAH; PHOENIX, 2004, p. 77).

Infelizmente, a camada que mais sofre com a questão do racismo e sexismo é a mulher negra em nosso país. “Na realidade, o que pode parecer uma simples opinião ou um mero julgamento estético, revela a existência de uma tensão racial, fruto do racismo ambíguo e do ideal do branqueamento desenvolvidos no Brasil. Essas questões deveriam ser consideradas com mais seriedade pelos educadores e pelas educadoras. (GOMES, 2003, p.177).”

Desta forma a autora Maria Carolina de Jesus já vem a anos denunciando as desigualdades sociais e culturais com o seu livro “Quarto de Despejo”, as injustiças sociais ao qual principalmente as mulheres negras e pobres vêm sofrendo em seu lugar mais inóspito de sobrevivência. A autora denuncia tanto a fome física ao qual o corpo precisa para sobreviver; como a falta de educação formal; falta de investimentos sociais e a fome de se viver e ter acesso à arte em um país que é culturalmente desenvolvido e com uma diversidade cultural gigantesca entre outros fatores.

Carolina é a esperança da arte que com todas as mazelas da pobreza e adversidades existentes em uma vida, mostrou para o mundo a sua genialidade através das palavras de traduzir a realidade para um livro que até hoje é forte, atual, demonstrando que a arte salva vidas, encanta gerações e semeia sonhos de mudanças e revoluções.

Outro artista brilhante era Glauber Rocha ao qual através de suas lentes e filmagens

---

mostrava um Brasil com uma visão crítica sobre as mudanças e violências que eram escondidas, por uma burguesia que tentava imitar e se igualar a tudo que era provido de países estrangeiros. Trazendo a denúncia da fome e da arte, apresentado a verdadeira arte brasileira para o mundo, mostrando a fome cultural ao quais os brasileiros têm se recriando e reinventando em sua arte.

Contrapondo o entrelace da arte com algumas profissões que atribui certo prestígio social às mulheres que era o sonho de Carolina de Jesus é a de professora. No mercado de trabalho, ser professor agrega valores social e educacional, fazendo com que se tenha um respeito e um pouco de reconhecimento pelo seu trabalho.

Porém, nos espaços públicos e institucionais estas não estão imunes às desigualdades e preconceitos naturalizados e existentes entre os indivíduos no meio acadêmico. Muitas delas, para ter uma carreira profissional de qualidade, têm que abdicar de sua vida pessoal para demonstrar, o tempo todo, sua capacidade intelectual. Pois os estigmas aos quais os grupos já consolidaram em seus imaginários não identificam a mulher negra em uma posição de destaque, mas costuma associá-la a funções de servidão nesses espaços. Segundo Dandara (2015 apud SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 54): “Ser mulher e ser professora parece que já vem algo já de tempos consolidado. Como se não fosse um lugar deslocado, uma mulher ser professora. Agora, uma mulher negra ser professora. [...]”.

A discriminação racial na vida das mulheres negras é constante; apesar disso, muitas construíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática e uma evidência disso é o número de estudantes ingressantes no ensino superior com o crescimento de 13,2% em 2006 no Brasil (IBGE, 2006).

Houve um expressivo aumento da média de anos de estudo, desde 1992 até 2002, entre as mulheres pretas e pardas (de 3,7 para 6,5 e de 4,0 para 6,7, respectivamente). Mas é importante observar que, entre as mulheres brancas, esses índices são mais altos (média de 5,49, em 1992 e foram a 8,1, em 2002).

Outra mudança significativa relacionada ao ingresso da mulher nas universidades é que elas estão tendo destaque em cursos que tradicionalmente eram “ditos” masculinos. Nas universidades brasileiras, elas já ocupam metade das vagas, um exemplo disso é o curso de Agronomia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil), elas já representam 45% dos alunos do curso de Direito e 50% do curso de administração de Empresas (2007). Assim, nos cursos de direitos:

[...] cujo ingresso feminino no corpo discente tornou-se maioria do alunado, mas não

teve o mesmo resultado na composição do professorado. A inclusão das mulheres e da diferença na docência ganhou expressão recentemente, mas elas devem lidar com a ideologia profissional da neutralidade do conhecimento e do cânone dos grupos estabelecidos. (BONELLI, 2019, p.663).

Assim, a mulher está adentrando os espaços acadêmicos nos quais havia muitas restrições, porém, no quesito Mulher Negra, as dificuldades e desafios ainda são maiores, pois estavam buscando uma forma de se defender dos obstáculos que a sociedade lhe impõe, seja na explicitação dos seus valores e desejos, seja na conquista pelo o mercado de trabalho. Assim sendo, as políticas de gênero racial poderão orientar e assegurar a essas mulheres a seguirem com as suas carreiras acadêmicas a partir de um trabalho desenvolvido através de projetos sobre a formação profissional de mulheres negras e o preconceito no mercado de trabalho de como quebrar barreiras profissionais e sociais.

Segundo Silva e Euclides: “[...] a sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia. Espaço de reinvenção, crítica, construção e reconstrução de ‘verdades’ e ‘ideologias’, concernentes a uma ideia de mundo possível, não só pela questão racial e de gênero, mas dentre tantas outras situações cambiantes”. (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 63).

A educação formal para as mulheres negras traz uma visão de pesquisadoras que rompem com a epistemologia sobre a negritude, o gênero e a ciência, pois elas não tiveram, inserido em seus processos de formação social, as convicções e os “ranços” de um universo acadêmico elitista.

A partir do momento em que essa mulher deixa de ser o objeto de estudo e passa a transitar entre os dois lados da sociedade, podendo apresentar os reais sentimentos e reflexões da pesquisa no seu íntimo máximo, poderá fazer, conseqüentemente, uma transformação revolucionária na academia. Pois segundo Patrícia Hill Collins: “As acadêmicas negras, nas instituições são consideradas como estrangeiras e essas estrangeiras são classificadas como marginalidade, e é nesta diferenciação do ortodoxo e conservador é que aparece as grandes inspirações e ideias para a ‘criatividade’ que venho dizer que é genialidade, de ver e sentir as aflições e refletir todo o contexto social, [...]” (COLLINS, 2016, p.102).

Esse é o ponto de vista de uma mulher negra, que se vê e olha o outro como sendo diferente em um ambiente acadêmico, pois considera normal encontrar negros no esporte e na cultural, mas, em um espaço acadêmico não, ficando no imaginário social que não somos capazes de ocupar os lugares de docentes e pesquisadoras. De acordo com Ribeiro (2019, p.

---



83): “‘O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público’, pensar lugar de onde fala é uma postura ética, pois ‘saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismos’”.

O preconceito contra a mulher negra ou pobre ainda está muito enraizado na sociedade brasileira. Será que estas docentes negras têm o seu lugar de fala dentro das universidades públicas? Será que a (des) conexão identitária como uma mulher negra é uma estratégia de permanência como professora universitária? Embora estejam ocupando uma função de prestígio social, essas mulheres convivem com incertezas provenientes do racismo e sexismo, as quais mulheres negras em funções de menor evidência também sofrem em seu cotidiano. Tal discussão é um trabalho de reflexão que possamos vir a analisar o papel da academia não só para inserir docentes negras, mas que venham a dar um suporte de pertencimento e representatividade, nas diversas esferas de poder.

#### A IMPORTÂNCIA DE LÉLIA GONZALEZ NO BRASIL

Em sete de julho de 1978, Lélia Gonzalez ajuda a fundar o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em São Paulo, rebatizado como Movimento Negro Unificado, que tem como objetivo o combate de denunciar todos os atos de discriminação racial, que são constantes contra a população negra, a qual vem sofrendo. Na carta Aberta contra o racismo, que foi lida à população, neste dia, afirma em um dos seus trechos do documento o seguinte:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube de Regatas Tiete que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!(1978, p.49).

Esse trecho evidencia que a luta pelos direitos da população negra era um anseio que já vinha no decorrer da história da formação da população brasileira, a qual possuía várias associações, grupos, entidades e movimentos que lutavam em suas localidades por uma justiça igualitária.

O interessante é que dentro do Movimento Lélia pôde fazer uma análise das regiões onde o movimento estava inserido no país, pois, em São Paulo os negros eram politizados em



busca de seus direitos, mas não conhecia a fundo a sua própria cultura e os seus significados, já na Bahia os negros conheciam as suas raízes, suas religiões e os seus legados que eram passados por oralidade com a aprendizagem dos mais velhos para com os mais novos.

A autora começou a identificar que também existia preconceito por parte de integrantes negros contra as mulheres, pois, quando chegavam a ter que votar por uma decisão dentro do Movimento as mulheres eram excluídas dessas decisões. Então se criou assim um movimento de mulheres dentro do Movimento Negro no qual as mulheres buscavam seus direitos, a princípio por uma questão de gênero.

No início do Movimento Feminista no Brasil se tinha uma diversidade de mulheres brancas e negras que estavam buscando os seus direitos, porém, a imagem das mulheres negras que era atribuída por parte das mulheres brancas era a de mulheres desordeiras, causadoras de casos; os direitos que essas mulheres negras buscavam no movimento não eram os mesmos que as mulheres brancas e quando levantavam um debate racial e de gênero para com as mulheres negras, algumas neste caso as mulheres brancas, não lhes davam a devida importância. Lélia levantou a bandeira da mulher negra para o movimento feminista, ao afirmar:

(...) criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando. (apud. p Barreto, 2005, p.51).

Assim, foi criado o jornal *Mulherio*; havia o conselho editorial cuja autora fazia parte entre os anos de 1981 e 1984, fazendo publicações importantes para o movimento feminista brasileiro entre outras participações em congressos, associações e entidades. Segundo Lélia(1982) a mulher negra no Brasil ficou assim:

O destino da mulher negra no continente americano, assim como de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, ser uma coisa, um objeto de produção ou de reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel: ser não apenas o objeto de produção (assim como o homem negro também o era), mas ainda, ser um objeto de prazer para os colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como o único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste “produto” é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e despeitoso. (pg.35).

A figura da mulher negra sempre esteve à margem da população brasileira tanto por ser negra quanto por ser mulher. A autora se envereda por participação na política, buscando

formas mais concretas de conseguir mais direitos para as mulheres, filia-se em 1981 ao Partido dos Trabalhadores tornando-se integrante do Diretório Nacional do Partido.

Sua vida política é muito intensa, pois candidata-se à Deputada Federal pelo PT elegendo-se primeira suplente em 1982 e torna-se integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985; sai do partido dos trabalhadores e filia-se ao PDT Partido Democrático Trabalhista em 1986; tenta ser Deputada Federal novamente, mas perde as eleições se desligando da vida política em 1989 por protesto contra o esvaziamento do órgão Conselho Nacional dos Direitos da Mulher por parte do governo.

## O CONCEITO DE AMEFRICANIDADE

No continente Americano se tem a divisão geográfica entre América do Norte, América Central e América do Sul, onde se situam Brasil. Nosso continente foi explorado, povoado por povos europeus que para cá vieram com o objetivo de adquirirem riquezas e o resto da história confirma as atrocidades que foram realizadas e que não se faz necessário explicitar neste trabalho.

No decorrer de sua trajetória acadêmica, a presente autora vem observando que geralmente quando se faz referência ao continente Americano, fala-se que a população do país dos Estados Unidos da América são americanos; foi o que originou o questionamento: Por que os brasileiros não costumam ser referenciados como tal, já que também habitam o continente americano?

Fazemos parte dessas histórias e sofremos as mesmas formas de exploração a quais os povos europeus empregaram. Desta forma ao analisar um país que seja superpotência econômica no mundo, ele tem o direito de individualizar-se, tomando para si o nome de um continente? Trata-se de um continente, e não de terras pequenas que representam a propriedade privada de um indivíduo. Lamentavelmente e de forma inconsciente, o brasileiro reproduz esse imperialismo dos Estados Unidos ao afirmar que eles é que são americanos.

O continente americano é povoado por descendentes de indígenas onde ainda existem índios até o momento, poucos, mais existem, e de africanos que com a sua força de trabalho e cultura construiu a miscigenação do Brasil e de outros países. Para Gonzalez (1988) nós os restantes que habitam esse continente devemos ser chamados de “Amefricanos”. Segundo a autora:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“Amefricanity”) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico,

abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “Négritude”, “Afrocentricity” etc. (1988,p.76).

O termo “Amefricano” não foi criado por soar agradável ou para afrontar a soberania dos Estados Unidos, e sim para designar toda uma descendência não só dos negros africanos, de povos em que já habitavam o Brasil muito antes dos europeus ou “descobrirem” ou virem para as terras americanas. Temos um legado histórico, cultural, social e moral que não serão discutidos nesse momento á importância que essas populações tiveram/têm na construção e formação da diversidade de ensinamentos ao qual foi passados para outros povos, tal fato não pode e nem deve ser negado.

É importante ressaltar que devemos nos atentar para o fato de que o racismo é uma hierarquia racial e cultural que sempre foi imposta, uma superioridade branca ocidental à inferioridade do negro. Pensando assim a África é um continente “obscuro”, sem história própria (Hegel) analisado do ponto de vista dos europeus. Então a exploração feita aos amefricanos é considerada como algo natural, que deve ser perpetuada ao longo dos séculos. Pois Lélia (1988,p.77) em seu artigo A Categoria político-cultural de Amefricanidade afirma que:

(...) sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosóficos, científicos, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África (apud.Rodney).

Assim a população negra no Brasil sempre teve os seus direitos violados por conta do preconceito arraizado e mantidos por uma hierarquia colonial branca ao qual manteve uma educação patriarcal de valorização da cultura europeia. Essa organização educacional e social portuguesa é que desencadeou ao país que temos hoje, onde tudo que é vindo do estrangeiro é melhor que o nacional, mesmo sabendo que não presta. Somos o país com uma diversidade cultural jamais encontrada em outro lugar no mundo, criamos a “democracia racial”, mesmo sabendo que não existe e que a população negra é a carne mais barata do mercado em todos os seus vieses sociais, educacionais, e de violência e preconceitos entre outras atrocidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, devemos nos atentar para os processos culturais construídos dentro da sociedade brasileira, para não continuamos reproduzindo, principalmente nos espaços acadêmicos, preconceitos e atitudes pejorativas no que diz respeito à identidade de gênero, principalmente contra as mulheres negras, pois essas profissionais que estão em formação, logo estarão na base da pirâmide social ajudando na formação das futuras gerações, pois:

Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão as múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações. (GOMES, 2003, p. 170).

A construção identitária e a diversidade entre os indivíduos deverão ser respeitadas e construídas na formação social na qual estamos inseridas, entretanto o respeito aos indivíduos bem como a pluralidade entrelaçada com a cultura devem estar presente sem sala de aula por meio de debates educacionais, independente da sua área de atuação acadêmica; o feminismo apresenta-se como ideologia ou doutrina que faz parte dessa sociedade que “[...] preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade” (SARDENBERG; COSTA, 2002, p.24).

Ao trazermos os obstáculos vivenciados por professoras negras nos espaços acadêmicos, estamos relacionando as diferentes formas de preconceitos feitas nesses espaços de forma sutil institucional e quase imperceptível aos olhos de quem não percebe os termos racistas inculcado em ações que já se tornaram “normais” aos olhos de muitas pessoas. Segundo Almeida (2019, p. 38) as instituições são: “[...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”.

Esses espaços, portanto, costumam ser ocupados por indivíduos negros ou mulheres negras em sua maioria, entretanto essa não “normalidade” é quebrada a partir do momento em que esses grupos minoritários passam a ocupá-los. Pode-se perceber, com base nas diversas formas de preconceito que observamos frequentemente, até mesmo por meio dos noticiários, que essa realidade incomoda alguns indivíduos gerando assim divergência e intolerância motivadas pela discriminação. Como Maria Carolina diz “Meu diploma é meu passado, está presa em minha pele e minha alma”.

Segundo Ângela Davis (2017, pag. 29) “Hoje as mulheres negras ainda são

compelidas a expor a invisibilidade á qual nós temos sido relegadas tanto na teoria como na prática, no interior de amplos setores do movimento de mulheres tradicional.”

A luta não é só de classe como falam por ai, há uma luta de raça e de gênero; o feminismo no Brasil conquistou direitos que até então não eram assegurados às mulheres negras, ficavam sempre no campo da moral e não eram postos em prática como um direito. Entende-se que é necessário haver mais pesquisas voltadas para o feminismo, sobretudo para a mulher negra no Brasil; espera-se que o presente trabalho contribua significativamente para o desenvolvimento acadêmico sobre a temática.

#### REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BONELLI, Maria da Glória et al. Intersecções e identidades na docência do direito no Brasil. Revista Sociedade e Estado, v. 34, n. 3, 2019.

\_\_\_\_\_.; COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1 jan./abr. 2016.

DAVIS, Ângela, 1944. **Mulheres, Cultura e Política**[recurso eletrônico]/Ângela Davis; tradução Heci Regina Candiani-1.ed.—São Paulo:Boitempo,2017.

EUCLIDES, Maria Simone. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. 2017. 254f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

FEMINISMO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios para fortalecer a luta pela emancipação Revista de Políticas Públicas, vol. Esp, pp. 313-322, 2016.

GLISSON,Édouard,1928-2011-Poética da relação/Edouard Glissant : tradução Marcela Vieira, Eduardo Jorge de Oliveira; revisão técnica Ciro Oitica; prefácio Ana Kiffer, Edmilson de Almeida Pereira.—1.ed.--Rio de Janeiro: Bazar do Tempo,2021.Trasução de: Poétique de la relation: poétique II.

GONZÁLEZ, Lélia. Mulher Negra. Jornal Mulherio. a. 1, n. 3, São Paulo: Mulherio, set/out.1981.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 179-182.

GONZALEZ, Lélia. “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

GONZALEZ, Lélia. Lugar de Negro\_( Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg-Rio de Janeiro: Marco Zero,1982.(Coleção 2 Pontos;v.3)

GOMES; Nilma Lino Gomes. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespoEducação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jun. 2003. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 dez. 2020.

JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977 -Quarto de Despejo: diário de uma favela/Carolina Maria de Jesus;.10.ed.---São Paulo:Ática,2014.200p:il.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019. 112p.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. Journal of International Women's Studies, v. 5, n. 3, 2004.

ROCHA, Glauber. Uma Estética da Fome. Nova Iorque, Milão, Rio de Janeiro-1965.

Disponível: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/leia-a-integra-do-manifesto-uma-estetica-da-fome-de-glauber-rocha/>.

Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, ano 19, v.23, n.2, p.39-59, maio/agosto, 2019.

\_\_\_\_\_. As amefricanas do Brasil e a sua militância. In: Maioria falante. 7): 5, Rio de Janeiro: IPCN, maio/jun. 1988.

\_\_\_\_\_. As amefricanas do Brasil e a sua militância. In: Maioria falante. 7): 5, Rio de Janeiro: IPCN, maio/jun. 1988

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. n. 92-93 Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988.

Entrevista ao coletivo mulheres negras do Umbigo para o mundo. Lélia Gonzalez Mulher de Arte & Ensaios | Revista do PPGAV/EBA/UFRJ | n. 38 | julho 2019.

O Movimento Feminista no Brasil: Trajetória e conquistas. Agosto,6,2019. Blogando, Pesquisando, Política.

<https://naomekahlo.com/o-movimento-feminista-no-brasil-trajetoria-e-conquistas/>

<https://www.geledes.org.br/dialogando-com-kimberle-crenshaw-ou-porque-falar-de-interseccionalidades-nos-limita/>